



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

**Ata Audiência Pública dia 14/01/2020**

Aos 14 de janeiro de 2020, no Centro da Juventude, sito à Rua Aurora Pinto da Cunha, 131 - Jardim América, São José dos Campos - SP, 12235-240, reuniram-se o Secretário Adjunto da Secretaria de Mobilidade Urbana, Sr. Douglas Ivanov, o Procurador Municipal, Dr. Ronaldo Andrade, os membros do corpo técnico da Secretaria de Mobilidade Urbana e os munícipes, conforme lista de presença devidamente assinada, para fins de se realizar a audiência pública para discussão relativa à minuta do Projeto de Lei Complementar que regulamenta a concessão do transporte público municipal.

O Secretário Adjunto deu início à audiência, cumprimentou os presentes e abriu a palavra para o procurador municipal. O Dr. Ronaldo, procurador municipal, parabenizou a presença dos munícipes e manifestou que a realização da audiência pública se trata de uma obrigação e não é meramente formal. Apresentou que o objeto principal é a apresentação da minuta de projeto de Lei que é resultado dos trabalhos em prol da construção de um novo modelo de transporte público que será objeto de nova licitação de concessão. Ressaltou que os contratos estão em vias de encerramento, sendo necessária construção de um modelo inovador que traga qualidade ao transporte público. Destacou que é fundamental a participação popular para a coleta de informações e eventual inclusão no novo sistema. Realizou a observação de que a discussão quanto à lei ainda é genérica e que em momento oportuno haverá a disponibilização do edital. No momento de disponibilização do edital haverá nova oportunidade de manifestação em uma nova audiência será realizada. Por fim chamou o Diretor da SEMOB Sr. Marcelo para apresentação da minuta do projeto de Lei Complementar que regulamenta a concessão do transporte público municipal. O Sr. Marcelo procedeu com a apresentação da minuta do projeto, que está registrada em áudio. A apresentação se deu apresentando os principais pontos capítulo por capítulo da minuta, que já havia sido disponibilizada para consulta dos munícipes e quaisquer interessados desde dezembro de 2019 no site e que cópias encontram disponíveis para retirada na mesa de inscrições para fala.

Após a apresentação, deu-se início à participação popular através da manifestação oral conforme regra pré-estabelecida no ato de convocação para a audiência pública. Seguem resumidos os principais pontos levantados e sugestões relativas ao assunto em pauta:

**Ingrid de Sá** – Questionou sobre a transparência da arrecadação das empresas e que as empresas deveriam ser obrigadas a divulgar seus ganhos. Também questionou como se dariam as integrações de novos modais como *bikes* e outros.

**Lucas** – Questionou se no edital haverá a previsão de ônibus elétricos ou outros menos poluentes. Aproveitou a oportunidade para reclamar da qualidade dos pontos de ônibus que não protegem do sol e que existem pontos de parada subdimensionados para a quantidade de pessoas. Por fim questionou se a documentação seria disponibilizada online.

**Vereador Wagner Balieiro** – Ressaltou que depois de divulgada a minuta e enviada à Câmara, o projeto será alvo de novos debates e discussões. Solicitou que fosse deixada clara e inclusa no projeto a questão da integração em ambos os sentidos. Além disso, solicitou que fosse incluso no projeto a responsabilidade de a prefeitura ter o controle financeiro sob o seu comando, ao invés de que seja mantido sob o controle das concessionárias, como atualmente se dá, pois assim facilitaria a integração de outros modais. Ressaltou ainda que assim melhoraria a fiscalização do sistema. Por fim, solicitou que fosse disponibilizada a minuta do decreto regulamentar a ser elaborado, pois o atual coloca idade do ônibus e outras questões que são





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

relevantes, sendo necessário, a seu ver, que haja disponibilização prévia. Encerrou manifestando que aguarda a realização da outra audiência pública acerca do edital para discussão dos detalhes técnicos.

**José Morais Barbosa** – Declarou que o valor alto da tarifa prejudica os munícipes a circular pelo município. Manifestou que deveria ser pensada na tarifa zero e que conceitos deveriam ser revistos, tendo em vista que esta é uma cidade muito rica. Também manifestou que a cidade é muito poluída e isto decorre do aumento da quantidade de automóveis no município. Levantou, por fim, o questionamento sobre se há planos para um transporte sustentável, pois seria o momento para a substituição da troca de frota que utilize energia fóssil para propulsão elétrica.

**Defensor Público Jairo Salvadōr** – O defensor colocou algumas questões técnicas em relação ao projeto. Destacou que observa haver incompatibilidade entre a previsão legislativa e o previsto na Lei Orgânica Municipal no que tange à participação da sociedade no controle da tarifa. Pontuou que a participação do Conselho é muito importante, porém tem dispositivos específicos. Por fim manifestou que para que se evitem futuras judicializações, sugere que haja uma revisão. Destacou que não há impedimento técnico e político que impeça a existência de comissão específica para acompanhamento da auditoria, sendo essencial mais para a transparência das contas e auditoria do que para questionamento sobre se os dados levantados estão certos ou errados. Também colocou que desde 2011 este assunto vem gerando medidas judiciais e problemas. Questionou como seria possível um concessionário, que no Rio de Janeiro solicita a redução de valor da tarifa, em São José pretender tarifas em valores de 6 ou 7 reais. Solicitou que haja uma comissão específica dos usuários. Por fim, concordando que não há possibilidade de tarifa zero, já que na realidade alguém paga a conta, porém existem subsídios individuais ao privilegiar obras voltadas para veículos e modos individuais de transporte. Destacou que o transporte afeta a vida das pessoas e que existem casos de uma pessoa ser preterida pelo fato de pegar dois ônibus.

**Mariene Silva** – Pontuou que em época chuvosa, na Av. Andrômeda ocorreram vários pontos de poças próximas a pontos de ônibus e os mesmos estão mal preservados. Questionou a retirada de veículos em seu bairro em decorrência da retirada das linhas 308 e 318 em um bairro com idosos e que atualmente na Av. Salinas não possui opção de ônibus para o centro comercial da Andrômeda/Cassiopeia. Por fim pontuou que a atual gestão não reduziu a tarifa apesar de ter se manifestado contra o valor alto.

**João Mário** – Voluntário do Conselho Municipal da Saúde. Solicitou que crianças e idosos não deveriam passar pela catraca, por ser humilhante. Solicitou a inversão da entrada e saída do ônibus, para maior segurança dos passageiros. Solicitou veículos com energia renovável. Solicitou a eliminação de degraus nos veículos, bem como que a suspensão inclinasse para facilitar o embarque. Fim da fila dupla de ônibus no trânsito. Remoção de acostamento próximo ao mercado JJ na região sul. Solicitou a correção da faixa de pedestre na Avenida Maria de Lourdes. Solicitou a mudança do ponto de ônibus ou que na guia seja pintada faixa de amarelo, pois carros param atrapalhando o embarque dos ônibus. O diretor Marcelo indicou que o tempo havia se excedido, porém estaria recebendo o documento físico com os apontamentos detalhados de todas as solicitações do munícipe.

**William Santos** – Membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Solicitou que fosse estudado outro projeto ao da Linha Verde, pois acredita que pode não dar certo. Destacou que em Campinas houve algo semelhante e mudaram o projeto





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

para BRT. Crê que o cancelamento do projeto do BRT e sua mudança para VLP poderia dar errado, sendo a favor de BRT. Deixando como sugestão que seja planejada melhor e que se pretende que a via chegue até Jacareí e Caçapava, o projeto deveria ser do Estado. Destacou que acredita que a prefeitura não tenha dinheiro para executar tal projeto.

**Josefa Alves** – Reclamou sobre a linha 318, por ter sido retirada e que faz falta aos usuários. Antes pegava o ônibus todos os dias e que agora não possui ônibus, tendo que andar até a Andrômeda, pois na Av. Salinas não haveria ônibus. Reclamou que muitos pontos de ônibus não possuem cobertura.

**Tamires Arantes** – Manifestou que o aumento da tarifa não acompanha a vida financeira de muitas pessoas em São José dos Campos, sendo que a tendência no mundo de trabalho é a ausência de renda fixa. Destacou que a questão é importante e que não basta discutir os dados técnicos, sendo necessário se discutir a solução. Sendo que a solução seria diminuir a tarifa, sendo necessário se discutir como realizar tal diminuição. Por fim acrescentou os problemas com os horários e itinerários do transporte coletivo que serve aos alunos da UNIFESP.

**Valdemir Cunha** – Trabalhador do sistema de transporte alternativo. Destacou que o transporte público é um desafio muito grande. Sugeriu que o transporte sob demanda seja realizado pelas vans em decorrência do custo e que seja realizada concorrência. Quanto aos carros elétricos, os alternativos possuem interesse em incentivos voltados para energia limpa. Concordou com o Vereador de que o controle financeiro deveria ficar com a Secretaria. Destacou a necessidade de analisar a individualidade do sistema e a contratação pela empresa de vans, devendo ser voltado para permissões. Quanto à tarifa zero, manifestou que alguém paga, porém deve haver algum equilíbrio com possibilidade do governo subsidiar parte do sistema.

**Iuri Moreno** – Questionou sobre a adaptação dos ônibus, pois possui problemas com as plataformas de ônibus e que não vê fiscalização efetiva. Solicitou que a prefeitura tivesse mais autonomia para cobrar melhorias. Compreende a necessidade de pagamento da tarifa, mas que seria necessário encontrar um caminho para diminuir o valor.

**Frederica** – Declarou que embora não seja usuária do transporte público, integra um coletivo voltado para os modos ativos e que valoriza o transporte público. Manifestou-se a favor de uma comissão de usuários para fiscalizar a tarifa, por questão de transparência. Destacou que é importante se discutir a importância do deslocamento na cidade. Sendo importante refletir sobre a necessidade de permitir o acesso ao direito de uso à cidade e diminuição do subsídio ao transporte motorizado individual. Por fim destacou a importância de iluminação dos pontos de ônibus que em sua ausência deixa mulheres mais vulneráveis e inseguras.

**Antônio Vicente** – Destacou que o projeto em elaboração feito é muito amplo e que isso significa que é uma oportunidade enorme para melhoria do transporte na cidade. Verificou que a melhoria do transporte traz benefícios como a diminuição de carros na rua e ao aumentar o número de pessoas utilizando o transporte público, ele tende a diminuir o preço da tarifa. Pontuou que sendo São José dos Campos uma cidade inovadora, que a exploração das modalidades de bicicletas e patinetes são diferentes, sendo necessário tratar de forma diferente em editais diferentes. Sugeriu que se aproveite a tecnologia que está sendo disponível no mundo como os veículos elétricos. Sugeriu que sejam feitas exigências ou que seja dada vantagem a quem apresentar soluções elétricas em prol da diminuição da passagem.





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA**  
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

**Luiz Daniel** – Pontuou que não necessariamente toda a frota deve ser acessível, mas sim ter pleno acesso ao ponto de ônibus, pois isso influencia muito o transporte público. Questionou se a lei vai abranger todos os transportes públicos e os individuais privados quanto à adaptação. Destacou que as mudanças no serviço *AcessoJá* dificulta a mobilidade devido ao necessário planejamento antecipado das viagens.

**Andréia** – Destacou que a mobilidade é um assunto muito complexo e que iria focar o ponto mais político e social. Considerando que haveria participação no momento de divulgação do edital, não haveria discussão política e social, sendo que não houve espaço para discussão da necessidade da população. Pontuou que a população não é ouvida e que ao que tudo indica o sistema continuará atendendo a quem já é bem atendido, sendo as empresas, os gestores públicos e àqueles que já são bem atendidos enquanto a população continua não sendo atendida. Colocou que a fiscalização não funciona em nenhum setor da prefeitura. Concluiu que a cidade não é boa para quem não usa carros e nem para quem usa carro, pois existem muitos radares. O Diretor Marcelo pontuou que foram realizadas 8 oficinas participativas com a população, que haverá audiência pública previamente à publicação do edital e que o site está aberto para receber sugestões ao novo sistema.

**Renato Moura** – Pontuou que é positiva a adoção do critério de menor preço de tarifa na licitação e complementou que não deve ocorrer o monopólio por uma empresa e que deve ocorrer a divisão em pelo menos dois lotes. Manifestou que talvez devam ocorrer três lotes, sendo dois para empresas e um para os alternativos. Em relação aos ônibus, manifestou que devem ser trazidos ônibus elétricos para o sistema. Sugeriu a segregação de linhas que sejam alternativos e as que sejam ônibus para que não haja competição predatória. Sugeriu que seja feito um cadastro reserva de transporte alternativo, sendo que antigamente eram 90 e hoje são cerca de 70. Por fim pontuou que na Zona sul existem cerca de 480 viagens indo ao centro e 410 retornando, sendo que isso faz com que o ônibus vá cheio e volte vazio.

**Carlos Eduardo** – Membro do Conselho de Mobilidade Urbana. Expôs que apesar de questionarem o valor da passagem, em reuniões passadas do Conselho foi sugerida por ele a criação de subsídio e que em toda a cidade seja ampliada a frota adaptada com veículos maiores.

**Marco Antônio** – Questionou se os estudos da Fundação Getúlio Vargas seriam disponibilizados para a população e se na audiência relativa ao edital haveria devolutiva. O diretor Marcelo expôs que os estudos prontos e diagnósticos realizados estão disponíveis, bem como o resultado das oficinas participativas realizadas no ano passado, e que haverá devolutiva da mesma forma que têm sido feitas nas outras audiências e oficinas realizadas pela Secretaria de Mobilidade Urbana.

O diretor Marcelo anunciou o término da exposição, agradeceu aos presentes e indicou que a resposta aos questionamentos será divulgada no site. A presente ata foi escrita pelo Diretor Marcelo Veneziani que a subscreve.



Marcelo Veneziani  
Diretor Administrativo